

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2022

(Do Sr. Deputado Leo de Brito)

Solicita informações ao Ministério do Meio Ambiente sobre a denúncia a mineração ilegal em terras Yanomami.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115 e 116 no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sejam solicitadas informações ao Ministério do Meio Ambiente sobre a denúncia a mineração ilegal em terras Yanomami.

JUSTIFICAÇÃO

Em 27 de abril de 2022, o Estadão¹ denunciou que garimpeiros ilegais ocuparam as pistas de pouso dos postos de saúde indígena para receber aviões e helicópteros em apoio à mineração de ouro na Terra Indígena Yanomami, na Amazônia, conforme informações do Ministério Público Federal - MPF em visita feita em março à região conhecida como Serra das Surucucus.

Em 31 de março, o MPF apresentou à Justiça Federal pedido para obrigar a União a retomar ações de proteção e operações policiais contra o garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami. A Justiça ainda analisa os pedidos. Nesta quarta-feira, 27, uma equipe do MPF voltou à região para apurar a denúncia de que uma menina Ianomâmi de 12 anos foi estuprada e morta pelos garimpeiros ilegais.

¹ <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,garimpo-ilegal-tomou-pistas-de-pouso-de-postos-de-saude-indigena-em-area-yanomami-diz-mpf,70004050169>



Essas comunidades indígenas isoladas do contato com a sociedade, estão cada vez mais próximas do garimpo e não podem usufruir de seu ambiente tradicional, completamente degradado pelo desmate e poluição dos rios, inclusive com mercúrio. Só no garimpo instalado na comunidade de Homoxi são mais de mil garimpeiros. Nessa região, um posto de saúde foi fechado por causa do risco de desabamento causado por uma cratera aberta para a extração de ouro – os garimpeiros tomaram a pista de pouso.

Entre agosto de 2020 e fevereiro de 2022, foram registrados 3.059 alertas de novos pontos de extração mineral na TI Yanomami, afetando uma área de 10,86 km². Só em janeiro de 2022, foram 216 alertas de mineração ilegal.

O fluxo de garimpeiros é apontado como vetor epidemiológico, resultando em altas taxas de infecção de malária, além de contaminar os rios com mercúrio, tornando as águas impróprias para consumo. Mais recentemente, o contágio pela covid-19 também se tornou um risco. Assediados por garimpeiros com oferta de dinheiro, muitos indígenas têm abandonado suas práticas tradicionais, gerando um quadro de insegurança, fome e conflitos.

Sobre o ataque às mulheres indígenas, com o estupro e morte da menina ianomâmi por garimpeiros, a reportagem entrou em contato com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), que respondeu que as questões relacionadas aos povos indígenas são tratadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Procurados pela reportagem, a Funai e o Ministério da Saúde ainda não se manifestaram.

Dos 277 pontos de apoio logístico fora da Terra Yanomami – estruturas que incluem pistas de pouso clandestinas, aeródromos e portos fluviais –, só 70 foram fiscalizados. Na visão da Polícia Federal, a quantidade de garimpeiros ocupando ilegalmente a área indígena, com máquinas e estrutura moderna, pode dizimar a população tradicional, já bastante vulnerável pelo seu isolamento na Floresta Amazônica.

Por todo o exposto, tendo em vista a relevância e gravidade dessa denúncia, faz-se necessário a busca das seguintes informações ao Ministério do Meio Ambiente: i) quais as medidas ou ações governamentais de repressão aos crimes socioambientais relacionados ao garimpo estão sendo



providenciadas por esse Ministério? ii) qual a previsão e reabertura dos postos de fiscalização e de saúde fechados desde 2009 nas áreas Yanomami?

Plenário, 29 de abril de 2022.

Dep. Leo de Brito
PT/AC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leo de Brito
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229013350300>

